

Expectativa do mercado é de que juros cairão pouco

As medidas baixadas pelo Governo, na área de crédito, de acordo com dirigentes do mercado financeiro e técnicos do Banco Central, além de não reduzirem significativamente as taxas de juros, deverão elevar a rentabilidade dos bancos.

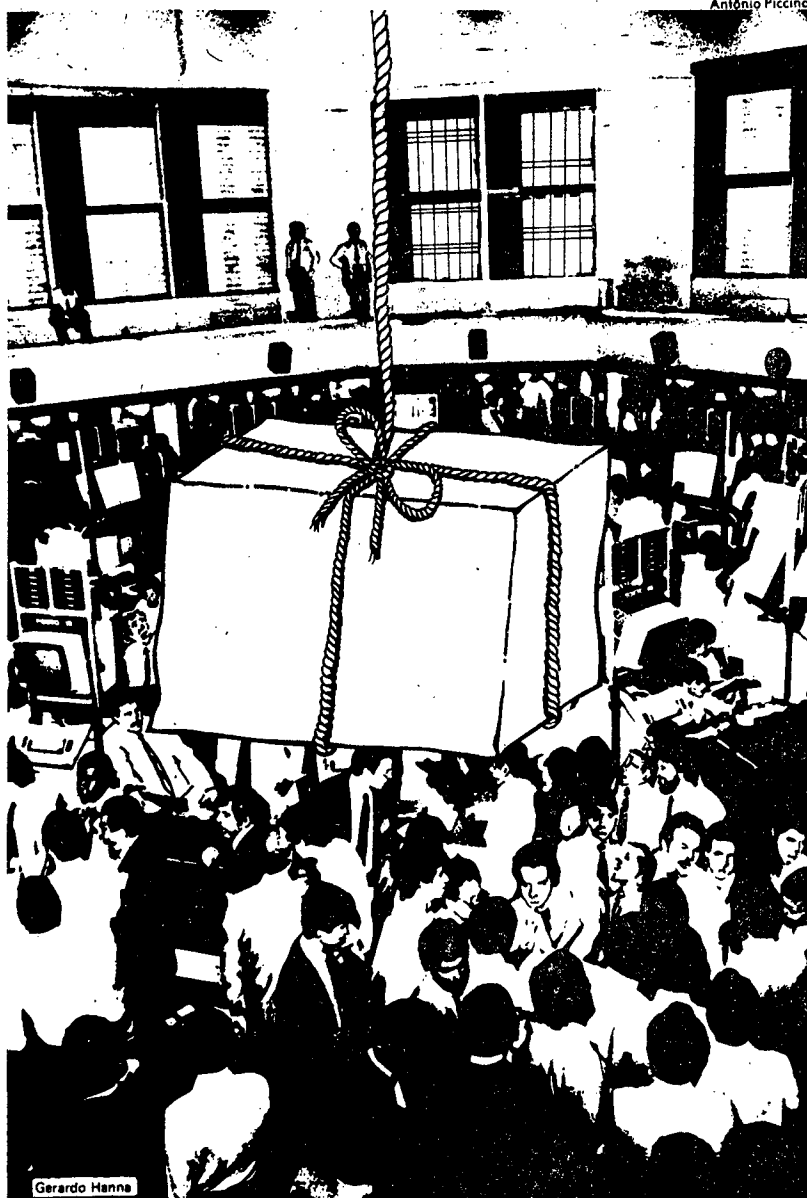
As taxas de juros não cairão, explicam, porque as autoridades, ao mesmo tempo em que liberam o crédito, acabando com os limites de expansão que eram fixados pelo Banco Central para as aplicações dos bancos, adotaram várias medidas que reduzem a disponibilidade de recursos (liquidez) das instituições bancárias.

São medidas de redução de liquidez a elevação do depósito compulsório sobre os depósitos à vista e os depósitos a prazo dos bancos, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) — que até ser repassado pelas instituições bancárias ao Governo, era utilizado para empréstimos — e a redução do prazo de retenção nas agências bancárias dos recolhimentos de impostos federais.

Essas restrições afetam mais diretamente a atividade de um banco comercial, do que a de um banco de investimento, fazendo com que a liberação do crédito não implique em aumento de recursos disponíveis para a concessão de empréstimos. E, conseqüentemente e, mantendo as taxas de juros para desconto de duplicatas e notas promissórias em níveis elevados. Principalmente levando-se em conta que estas operações costumam ser feitas com depósitos à vista, que têm que ser dirigidos obrigatoriamente para o compulsório, aplicações em pequenas e médias empresas e aplicações no setor rural.

Quanto as taxas de juros das operações realizadas com recursos captados através da colocação de Certificados de Depósitos a Prazo (CABs) junto ao público investidor, de financiamento de capital de giro, com prazo superior a seis meses e correção monetária postecipada, também não deverão apresentar queda acentuada, com a liberação do crédito.

Em primeiro lugar, porque se todos os bancos forem ao mercado procurando captar mais, já que estão livres do contingenciamento do crédito, a tendência inicial será de elevação das taxas dos CDBs, por causa da concorrência. E, em segundo lugar, porque as taxas de captação tendem a continuar altas, já que a perspectiva de inflação para este ano é extremamente elevada e também porque os títulos governamen-



tais estão oferecendo remunerações altíssimas ao mercado e investidores.

Haveria a hipótese de os bancos, que aplicaram seus recursos excedentes em títulos públicos, desativarem suas carteiras de LTNs e ORTNs, para gerar recursos a serem emprestados. Mas valerá a pena deixar de receber 11 por cento ao mês no open para emprestar às empresas privadas brasileiras, que estão ao ponto de falirem? E se isto ocorrer, é claro que levará algum tempo, já que os negócios no mercado aberto apresentariam tendência vendedora e, em contrapartida, não haveria compradores para todos os papéis ofertados.

Enfim, os juros não caem. Ou mais precisamente, cairão no nível exato da queda do IOF.

O AUMENTO DA RENTABILIDADE

Quanto ao aumento da rentabilidade, ele será inevitável, já que o Governo elevou as taxas de juros subsidiadas dos empréstimos concedidos aos setores prioritários.

Os bancos, como disse o Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, assim que foi baixado o pacote, passarão, portanto, a operar com uma taxa média de juros mais elevada, o que aumentará a remuneração do setor.